



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

QUARTA-FEIRA, 10 :: ABRIL :: 2013

A Promotoria dos Direitos do Consumidor e dos Serviços de Relevância Pública ajuizou uma série de Ações Cíveis Públicas - ACPs contra o Município de Aracaju e a Empresa Municipal de Serviços e Urbanização (Emsurb) com o objetivo de sanar diversos problemas causados pelas Feiras Livres na Capital.

O promotor de Justiça

Daniel Carneiro Duarte analisou vários inquéritos civis, instaurados desde 2008, bem como relatórios produzidos pela Vigilância Sanitária que evidenciaram inúmeras irregularidades que comprovam que as feiras não estão adequadas às condições sanitárias. Os pontos mais críticos que vale ressaltar são: 1) a não utilização de vestuário adequa-

do pelos feirantes; 2) ferrugem, acúmulo de sujeira e coberturas de lona rasgadas na maioria das barracas fiscalizadas; 3) exposição de produtos perecíveis, inclusive os de origem animal, em temperatura ambiente; 4) a comercialização de alimentos sem rótulos e informações de procedência e validade; 5) a manipulação dos produtos, inclusive das car-

nes, após o recebimento do dinheiro, sem prévia higienização das mãos; 6) a manipulação de alimentos preparados de maneira precária, devido a deficiências na estrutura física e falta de aplicação das boas práticas de higiene.

As feiras fiscalizadas e que estão inseridas na ACP estão localizadas nos bairros: Santa Maria, Santa Tere-

za, Mosqueiro, Augusto Franco, Orlando Dantas, Suíssa, Sol Nascente, Jessé Pinto Freire, Santa Lúcia, Cirurgia, São José, Residencial Costa Nova, Médici, José Conrado de Araújo, Getúlio Vargas e Santos Dumont.

Para evitar a proliferação de doenças que prejudiquem a saúde dos consumidores e dos próprios feirantes, o promotor pro-

pôs na Ação que fossem suspensas todas as atividades das feiras citadas até que sejam adotadas as providências necessárias para regular o funcionamento, dentro dos padrões e legislações sanitárias pertinentes, com o consequente atendimento às exigências formuladas pela Vigilância Sanitária.